



CONGRESSO NACIONAL

MPV-540

00060

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

Data 9/08/11	proposição Medida Provisória nº 540/11
-----------------	-------------------------------------------

Deputado ARIVALDO CARLOS MACALHAES NETO autor	Nº do prontuário
------------------------------------------------------	------------------

1 <input type="checkbox"/> Supressiva	2. <input type="checkbox"/> substitutiva	3. <input checked="" type="checkbox"/> modificativa	4. <input type="checkbox"/> aditiva	5. <input type="checkbox"/> Substitutivo global
---------------------------------------	------------------------------------------	-----------------------------------------------------	-------------------------------------	-------------------------------------------------

Página	Artigo	Parágrafo	Inciso	alínea
--------	--------	-----------	--------	--------

TEXTO / JUSTIFICAÇÃO

Dê-se a seguinte redação ao art. 7º da MP nº 540, de 2011:

“Art. 7º Até 31 de dezembro de 2014, a contribuição devida pelas empresas que prestam exclusivamente os serviços de tecnologia da informação – TI e tecnologia da informação e comunicação – TIC, referidos no § 4º do art. 14 da Lei nº 11.774, de 2008, incidirá sobre o valor da receita bruta, excluídas as vendas canceladas e os descontos incondicionais concedidos, em substituição às contribuições previstas nos incisos I e III do art. 22 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, à alíquota de 1,5% (um inteiro e cinco décimos por cento).”
(NR)

Subsecretaria de Apoio às Comissões Mistas
Recebido em 09/08/2011 às 17:45
Consuelo / Mat. 42678

JUSTIFICATIVA

Julgamos fundamental desonerar o setor produtivo brasileiro. Neste momento de aprofundamento da crise internacional, as empresas nacionais precisam ganhar competitividade. Nesse sentido, concordamos com a iniciativa do Executivo de reduzir os impostos incidentes sobre a folha de pagamentos das empresas. Ressalvas fazemos apenas ao fato da medida se restringir a alguns poucos setores e também ao prazo do benefício, que, em nossa opinião, é curto para que seja feito um ‘teste’, de forma a avaliar o benefício.

Ademais, desonera-se de um lado, mas cria-se outro tributo de outro. A alíquota desse tributo ‘compensatório’ deve ser reduzida para 1,5%, de forma a adotar a mesma alíquota para todos os setores objeto do projeto-piloto do governo relacionado à desoneração da folha de pagamentos.

PARLAMENTAR

--

